

Modelos de Intervenção em Serviço Social

Modelos	Modelo Psicossocial	Modelo Centrado na Resolução de Problemas	Modelo de Intervenção em Crise	Modelo Centrado na Tarefa	Modelo Sistémico e Ecológico	Modelo Radical	Modelo de Modificação de Comportamento	Modelos de Organização Comunitária J. Rothman		
								Desenvolvimento Local	Planeamento Social	Acção Social/ Política
Tipo de situação em que intervêm	Destina-se aos cidadãos que manifestem um problema interno (essencialmente em relações familiares, escolares, laborais ou grupais) devido principalmente a dificuldades no seu funcionamento psíquico e na relação dos sistemas.	Destina-se às intervenções em que os cidadãos reconheçam e identifiquem os problemas.	Destina-se às pessoas, famílias, grupos ou comunidades que se confrontam com um problema face ao qual se sentem incapazes de resolver sem ajuda, progredindo esta situação para uma crise.	Este modelo destina-se a intervenções onde estejam reunidas as seguintes condições: o problema tem que se encontrar isolado, bem limitado e conciso; o cidadão tem de reconhecer explicitamente a situação a intervir como um problema e tem que desejar resolvê-lo; por fim o problema tem que ser acessível à acção do cidadão.	Estes modelos destinam-se a situações onde está patente uma patologia ou dificuldade na relação que deriva da deficiente comunicação entre os diferentes sistemas ou numa má adaptação entre o sujeito e o ambiente. Este modelo serve como referência para a maioria das práticas profissionais, embora tenham maior expressão no âmbito da intervenção familiar, saúde mental, em contexto escolar e organizacional/ institucional.	Destina-se a todas as situações em que se comprove que o enfoque da intervenção passe por uma transformação social, uma mudança radical, revolucionária, das condições estruturais da vida dos cidadão ou comunidades.	Destina-se a casos de prevenção. Pode também ser aplicado, para facilitar uma aprendizagem e o desenvolvimento educativo. Pode ainda ser utilizado em famílias, ou em diferentes problemáticas que se coadunem com as premissas que o modelo defende.	Destina-se a intervenções onde se identifique anomia comunitária, frágeis redes sociais e reduzidas práticas democráticas. São exemplo da aplicação deste modelo a revitalização de um bairro ou a implementação de um projecto de intervenção com vista à inserção social.	Este modelo destina-se a problemáticas onde estejam envolvidos problemas com a habitação, educação, saúde. São exemplo da aplicação deste modelo a criação de um serviço.	Destina-se aos grupos excluídos em situações de injustiça e desigualdade social. São exemplo da aplicação deste modelo a defesa dos direitos. Na matriz deste modelo está o modelo radical.
Natureza da intervenção	Promover, facilitar adaptações positivas corrigindo ou prevenindo interações inadequadas. Etapas/fases: o diagnóstico social é o elemento central da intervenção. Está dividido pelas seguintes etapas: estudo/ diagnóstico social; plano de intervenção; avaliação e reflexão da intervenção. O processo é desenvolvido ao longo de diversas entrevistas com o objectivo de identificar e compreender o problema, para assim focar-se nas suas causalidades, dificuldades, bem como na sua resolução.	A intervenção apresenta um duplo objectivo: a resolução do problema e a promoção da capacidade de crescimento do cidadão. O principal objectivo é promover um conjunto de aprendizagens sociais e comportamentais capazes de apoiar e resolver os problemas do indivíduo. Etapas/fases: o diagnóstico social é o elemento central da intervenção, porém está dividido pelas seguintes etapas: estudo/ diagnóstico social; plano de intervenção; avaliação da intervenção.	Este modelo é uma terapia breve, que assenta a sua acção nas dificuldades de cada indivíduo, tentando colmatá-las e promovendo a sua capacitação. É uma acção casuística, de curta duração, centrada numa situação específica. A intervenção recai sobre os factores psicossociais que desencadeiam a crise e posteriormente nos recursos internos para a sua superação. A intervenção desenvolve-se ao longo de várias entrevistas, utilizando a técnica de <i>apoio</i> , ao longo de quatro pressupostos: protecção; aceitação; validação e educação.	Este modelo propõe-se alcançar, num curto espaço de tempo e previamente determinado, os objectivos definidos pelo cidadão e o assistente social. Concebe a sua intervenção com mais preocupação com o problema do que propriamente com as causalidades do mesmo. Etapas/ Fases: (fase inicial) Delimitação do problema alvo, dos objectivos, do tempo (não poderá exceder os 3 meses), das tarefas a desenvolver e do contracto, (fase intermédia) operacionalização/ concretização do contracto. (fase final) avaliação.	O modelo ecológico apresenta dois objectivos: por um lado conseguir libertar as capacidades de adaptação dos cidadãos, e simultaneamente melhorar os seus ambientes. O modelo sistémico tem como principais propósitos: melhorar a interacção e a comunicação dos cidadãos com os sistemas que lhes rodeiam. Entrevista; diagnóstico (enfoque sistémico); contracto; genograma/ ecomapa	Espera-se uma prática activista, onde o papel do assistente social é de: consciencializar a população; denunciar as injustiças; revelar as causas que provocam os problemas sociais; ajudar as pessoas a entenderem os seus problemas como manifestação das condições estruturais; neutralizar os enfoques patologistas e vitimizantes; favorecer a participação; incentivar os processos de auto-organização num quadro político. A reflexão crítica é uma ferramenta chave no processo de consciencialização.	Este modelo tem como finalidade facilitar a mudança de um comportamento. Ensina a actuar sobre as variáveis que condicionam um comportamento. Etapas/ Fases: avaliação preliminar; delimitação e especificidade do problema; contracto ou plano de modificação; fase de registo das modificações; avaliação. As técnicas utilizadas recaem sobre o condicionamento clássico e condicionamento operante	Este modelo tem como objectivo integrar e capacitar a comunidade. Para atingir essa finalidade o assistente social terá de implicar os diferentes grupos da população na definição dos problemas e na estratégia de intervenção. Assim, utiliza como estratégia a comunicação e a discussão em pequenos grupos, sendo estes orientados para a realização de tarefas.	Este modelo propõe-se resolver os problemas comunitários, que sejam mais significativos. O assistente social recolhe os dados sobre os problemas, faz o tratamento e análise dos dados. Posteriormente toma as decisões relativas ao desenvolvimento racional da acção e à implementação de projectos/ programas.	Este modelo tem como finalidade a mudança nas dinâmicas e relações de poder, assim como na distribuição de recursos. A consciencialização e a reflexão crítica são uma ferramenta essencial no processo de intervenção.
Concepção do cidadão com problema	O cidadão ao consciencializar-se e ao trabalhar as suas fragilidades tem capacidade de fazer frente às suas dificuldades.	O cidadão tem capacidade para fazer frente ao seu problema.	O cidadão é alguém fragilizado que num dado momento esgotou ou não consegue por alguma razão fazer frente à crise, mas possui capacidades e poder para recuperar.	O cidadão é alguém a quem o assistente social confia nas suas capacidades e recursos.	O cidadão é alguém a quem o assistente social acredita nas suas capacidades e recursos.	O cidadão é soberano nas suas acções. Acredita-se no seu potencial para resolver os problemas, assim como há um enorme respeito e compreensão da sua situação.	O cidadão é alguém que tem um problema, mas tem recursos para fazer frente à sua situação.	O cidadão é o elemento participante no processo de resolução do seu problema. Deseja-se que toda a comunidade participe.	A comunidade é vista como um utilizador de um serviço e como consumidores participam na intervenção. A intervenção destina-se a toda a comunidade ou parte desta. Apela-se para que participem na intervenção.	A intervenção recai sobre o grupo comunitário excluído, que é visto como vítima.
Relação entre o assistente social e o cidadão.	A relação é o elemento central da intervenção. Relação empática e de confiança. Assistente social e cidadão deverão manter uma relação de unicidade, pois a sua qualidade é essencial e condiciona o sucesso da intervenção.	A relação é o elemento central da intervenção, sendo a base dessa relação que permite definir o problema a partir do ponto de vista do cidadão e do assistente social e juntos delinearem os objectivos da intervenção.	Relação de confiança, empatia, escuta activa, em que a comunicação não verbal predomina sobre a comunicação verbal.	Uma dinâmica relacional positiva, é um elemento vital e estruturador na intervenção. O assistente social é um elemento facilitador da acção.	É uma relação horizontal e de reciprocidade, na qual se defende a mútua influência da interacção comunicacional entre assistente social e o cidadão.	Relação baseada e fundamentada em princípios democráticos de igualdade, equidade, confiança e respeito.	Relação empática e de confiança.	A comunidade está envolvida na intervenção. O assistente social é um elemento catalisador, coordenador da intervenção.	A comunidade é um consumidor de um serviço, que está envolvida na resolução de um problema. Já o assistente social é o perito.	O grupo excluído é alguém a quem o assistente social mobiliza para a sua situação-problema. O técnico é um activista.

